

LÍNGUA X PODER: UMA ANÁLISE SEGUNDO A PERSPECTIVA DE MARCOS BAGNO

OLIVEIRA, Ana Cristina.
jussyel@yahoo.com.br

SANTOS, Maria Marta Vieira dos
10021964@bol.com.br

SOUZA, Maria Alessandra Nascimento Santos
alessandrapombal@hotmail.com

ARAUJO, Maria José de Azevedo.
Graduada em Pedagogia, Mestre em Educação e Professora do Curso de Letras-Português da
Universidade Tiradentes-UNIT.
Azevedo1956@bol.com.br

RESUMO

O tema apresentado nesse trabalho objetiva, acima de tudo, buscar esclarecimentos acerca de um assunto extremamente importante no âmbito da lingüística: a relação entre a língua padrão e as classes dominantes. Tal abordagem, nos últimos tempos, vem sendo o principal motivo de polêmicas entre gramáticos e lingüistas que, por sua vez, estabelecem duras críticas ao ensino da chamada gramática tradicional. Nesse contexto, as obras de Marcos Bagno aparecem como um importante instrumento para compreendermos tal problemática. O objetivo geral é compreender de que forma o preconceito lingüístico torna-se um mecanismo de dominação estabelecido pelas classes dominantes e como objetivos específicos destacam-se: identificar, nas obras de Marcos Bagno, sua visão sobre o preconceito lingüístico; estabelecer a relação entre as classes dominantes e a língua padrão; descrever a crítica estabelecida pelos lingüistas acerca do ensino de gramática tradicional. A pesquisa desenvolveu-se a partir da análise das seguintes obras de Marcos Bagno: A Norma Oculta, Preconceito Lingüístico, Norma Lingüística, Dramática da Língua Portuguesa e A Língua de Eulália. Tal delimitação se dá pelo fato de que nestes livros o autor apresenta os principais conceitos relacionados ao tema e, acima de tudo, assume uma postura crítica com relação ao atual ensino de gramática. Além disso, espera-se, com o trabalho, oferecer elementos que poderão ser utilizados como norteadores de uma prática pedagógica realmente libertadora.

PALAVRAS-CHAVE: Língua Portuguesa; Gramática; Preconceito Lingüístico.

ABSTRACT

The issue presented in this work aims, above all, seek clarification about a very important issue in the context of linguistic: the relationship between the standard language and the dominant classes. This approach, in recent times, has been the main reason for Incendiary between grammarians and linguists who, in turn, establish harsh criticism of the teaching of traditional grammar call. In this context, the works of Mark Bagno appear as an important tool for understanding this problem. The general objective is to understand how the bias linguistic becomes a mechanism for domination established by the dominant classes and specific objectives are: to identify, in the works of Mark Bagno, his vision about prejudice linguistic ; establish the relationship between the dominant classes and language standard; describe the criticism made by linguists about the teaching of traditional grammar. The research developed from the analysis of the following works of Mark Bagno: *The Standard Hides*, *Prejudice Linguístico*, *Norma Lingüística*, *Dramatic Portuguese Language* and *The Language of Eulália*. This delimitation is given by the fact that this book the author presents the main concepts related to the subject and, above all, takes a critical stance with regards current teaching of grammar. Moreover, it is hoped, with the work, providing evidence that could be used as northers a pedagogical practice really liberating.

KEYS - WORD

Portuguese Language; Grammar; Prejudice Linguistics

INTRODUÇÃO

Buscou-se através da escrita deste artigo científico, enriquecer uma discussão que ainda está longe de acabar: o ensino da língua (gramática) como um instrumento de dominação por parte das classes dominantes. Com isso, acreditamos que, ao analisar as obras de Marcos Bagno, também estaremos contribuindo efetivamente para posteriores pesquisas no âmbito dessa problemática.

A pesquisa teve como ponto de partida, as seguintes hipóteses: Toda língua é fruto de uma construção coletivo-social; A norma culta é uma imposição da ideologia dominante; O ensino de gramática é um instrumento de dominação; O preconceito lingüístico é resultado do desrespeito às variações lingüísticas.

Levando em conta a natureza da pesquisa, uma vez que podemos classificá-la como qualitativa do tipo bibliográfico, nosso trabalho seguirá as seguintes etapas: leitura das obras (*A Norma Oculta – língua & poder na sociedade brasileira*, *Preconceito Lingüístico: o que é, como se faz*, *Norma Lingüística*, *Dramática da Língua Portuguesa* e *A Língua de Eulália*), elaboração de resenha crítica, aprofundamento dos principais pontos apresentados pelo autor e, finalmente, elaboração do trabalho escrito, no qual será apresentado o resultado final da pesquisa.

1. ANÁLISE DE LÍNGUA X PODER CONFORME MARCOS BAGNO

1.1 Marcos Bagno

Marcos Bagno nasceu em Cataguases (MG), mas sempre viveu fora de seu estado de origem. Depois de ter vivido em Salvador, no Rio de Janeiro, em Brasília e no Recife, transferiu-se em 1994 para a capital de São Paulo, onde viveu até 2002, quando se tornou professor do Departamento de Linguística da Universidade de Brasília (UnB), onde atua na graduação e nos programas de pós-graduação em Linguística e em Educação.

Como escritor, Bagno iniciou sua carreira em 1988 ao receber o IV Prêmio Bial Nestlé de Literatura pelo livro de contos *A Invenção das Horas*, publicado pela Editora Scipione. Outros prêmios importantes: “João de Barro” (literatura infantil, 1988), “Cidade do Recife” (poesia, 1988), “Cidade de Belo Horizonte” (contos, 1988), “Estado do Paraná” (contos, 1989) e “Marcos Drummond de Andrade” (poesia, 1989). Alguns de seus livros receberam da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil a classificação de “Altamente Recomendável”. Desde 1997, tem se dedicado à produção de obras voltadas para a educação. Suas obras no campo da linguística se concentram principalmente nas questões relativas à crítica do ensino da língua portuguesa nos moldes tradicionais, baseados exclusivamente nas noções pouco consistentes da gramática normativa e impregnados de preconceitos sociais. Seu primeiro trabalho nessa linha foi *A língua de Eulália*.

Paralelamente, Bagno vem trabalhando como tradutor para algumas das principais editoras do país. No campo da investigação científica e acadêmica, Bagno sempre se interessou pelo que diz respeito à linguagem humana em todas as suas manifestações. Diplomou-se em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde também obteve o título de Mestre em Linguística com uma investigação sociolingüística sobre o tratamento da variação nos livros didáticos de português. Obteve o título de Doutor em

Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP) com uma tese sobre as discrepâncias entre a língua realmente utilizada pelos brasileiros e a norma-padrão conservadora, veiculada pelas gramáticas tradicionais, pelos livros didáticos e pela mídia, que se baseiam em doutrinas ultrapassadas e não refletem a realidade da língua viva. Foi publicada com o título *Dramática da língua portuguesa*.

A militância de Bagno contra toda forma de exclusão social pela linguagem se tornou mais conhecida depois da publicação do livro *Preconceito lingüístico*: Em 2004, foi coordenador-adjunto da avaliação dos livros didáticos de português para o ensino médio (PNLEM), processo executado pelo Ministério da Educação. No mesmo ano, a convite do Ministério das Relações Exteriores, esteve na Argentina, no Paraguai e no Uruguai para discutir questões relativas ao ensino do português brasileiro para estrangeiros.

Em 2001, publicou o livro *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*, que propõe uma metodologia para a introdução da prática da pesquisa em sala de aula como ferramenta pedagógica para substituir a prática tradicional das “aulas de gramática”. Organizou os volumes *Norma lingüística; Lingüística da norma e Língua materna: letramento, variação & ensino*. Traduziu *História concisa da lingüística* de Bárbara Weedwood e *Para entender a lingüística* de Robert Martin. Retomando seu trabalho de ficcionista, Bagno escreveu *O espelho dos nomes*; *Murucututu: a coruja grande da noite*, *Uma vida de conto de fadas: a história de Hans Christian Andersen* e *A Lenda do Muri-Keko*.

Seu trabalho mais recente no campo da sociologia da linguagem é o livro *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*, em que retoma a discussão sobre o preconceito lingüístico a partir da reação da imprensa brasileira à eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da república. Discute os problemas que envolvem a expressão “norma culta” e propõe novos termos e conceitos para uma análise mais precisa da realidade sociolingüística do Brasil. Examina as relações entre língua e poder na sociedade brasileira, numa perspectiva

histórica, desde o período colonial até os dias de hoje. Seus livros têm sido amplamente adotados como material de leitura e discussão nos cursos de Letras, Educação e Comunicação Social de várias universidades.

1.2 A linguagem como instrumento de dominação

O homem, no decorrer de sua história, procurou dominar o mundo no qual vive. Nessa perspectiva, a linguagem aparece como importante instrumento de dominação, uma vez que através dela pode-se explicar o próprio mundo. Mais do que isso, a linguagem tornou-se o grande diferencial do homem em relação aos outros animais, apresentando de forma fascinante aos seus olhos.

A descoberta da escrita, em aproximadamente 4000 a.C. veio coroar e estabelecer de vez a linguagem como o grande diferencial que fará do homem o ser mais poderoso do planeta, pois o conhecimento ganhou um importante instrumento de perpetuação.

Desde a antiguidade, na Grécia, por exemplo, a linguagem assume importante função na vida dos cidadãos, pois é através dos inúmeros debates que as grandes decisões eram tomadas. Enfim, percebemos que durante toda a sua história o homem procurou desenvolver a linguagem, utilizando-a cada vez mais como uma forma de poder.

Em nossa tradição escolar, no entanto, há uma tendência em se identificar o estudo da linguagem com o estudo da gramática. Criou-se o mito de que é preciso aprender uma língua-padrão que, por sua vez, nos ajuda a falar e escrever “corretamente”, inserindo-nos no mundo da norma culta.

Ao analisarmos a função da língua, devemos nos lembrar que os signos se desenvolvem em contato com as organizações sociais:

Se as palavras, por exemplo, nascem neutras, mais ou menos como estão em estado de dicionário, ao se contextualizarem, passam a expandir valores, conceitos, pré-conceitos. Nós iremos viver e aprender em contato

com outros homens, mediados pelas palavras, que irão nos informar e formar. As palavras serão por nós absorvidas, transformadas e reproduzidas, criando um circuito de formação e reformulação de nossas consciências. (CITELLI, 2000, p.28).

Tal análise nos coloca diante de uma clara situação: a língua, por ser um fenômeno social, acaba também sendo uma eficiente transmissora de ideologias. Sendo assim, é perfeitamente compreensível que, ao se estabelecer normas para a utilização da língua, possamos nos perguntar “quem” e com qual interesse essas normas foram denominadas “as corretas”. Em outras palavras, podemos dizer que, por trás do que seria um discurso padronizado, reconhecido como a forma “certa” de falar, ou escrever, estão compreendidos valores que, por sua vez, são estabelecidos por uma determinada classe dominante e, por outro lado, incorporados pelas classes dominadas.

Essa forma velada de dominação não é tão fácil de ser percebida, pois:

A língua é uma coisa que é vista como exterior a nós, algo que estaria acima e fora de qualquer indivíduo, externo à própria sociedade: uma espécie de entidade mística, sobrenatural, que existe numa dimensão etérea secreta, imperceptível aos nossos sentidos, e à qual só uns poucos iniciados têm acesso. (BAGNO, 2003, p.17).

Dentre os diversos temas estudados pela Lingüística, temos a análise entre os signos e a ideologia. Dessa forma, os lingüistas tentam compreender as relações que interferem e determinam as diversas formas de falar e, principalmente, escrever, procurando, assim, identificar a natureza ideológica que predomina nos diversos tipos de discurso.

A linguagem, de todos os instrumentos de controle social, é o mais complexo e sutil, produzindo verdadeiros mitos sobre a necessidade inquestionável de se dominar a norma culta como um instrumento de ascensão social. Entretanto, não se pode negar que:

O domínio da norma culta de nada vai adiantar a uma pessoa que não tenha todos os dentes, que não tenha casa decente para morar, água encanada, luz elétrica e rede de

esgoto (...). Achar que basta ensinar a norma culta a uma criança pobre para que ela “suba na vida” é o mesmo que achar que é preciso aumentar o número de policiais na rua e de vagas nas penitenciárias para resolver o problema da violência urbana. (BAGNO, 2004, p.70).

Portanto, não podemos esperar apenas um discurso padrão, como se as palavras fossem ditas de forma mecanizada, imparcial, sem nenhuma influência externa. Na verdade, dentre os diversos discursos possíveis, podemos identificar sempre um “dominante”, bastante “persuasivo”, acatado pela maioria como se fosse o “certo”:

... Ele se dota de signos marcados pela superposição. São signos que, colocados como expressões de ‘uma verdade’, querem fazer-se passar por sinônimos de ‘uma verdade’, querem fazer-se passar por sinônimos de ‘toda a verdade’. Nessa medida, não é difícil depreender que o discurso persuasivo se dota de recursos retóricos objetivando o fim último de convencer ou alterar atitudes e comportamentos já estabelecidos. (CITELLI, 2000, p.32).

Dentre os diversos estudos desenvolvidos pelos lingüistas, dentre eles Marcos Bagno, está o fato de que existem variações lingüísticas que, em detrimento de um discurso dominante que se pretende padrão, são totalmente ignoradas pela educação formal, através do ensino de língua portuguesa. Nesse sentido, a escola não pode mais ignorar tal diversidade lingüística, ou pior, rotulá-la de errada, utilizando parâmetros estabelecidos por uma elite que, ao seu modo, exclui tudo o que não lhe agrada.

1.3 A escola e a lingüística

Baseado em tal reflexão, a escola não pode mais ignorar toda a contribuição da lingüística, ao estabelecer um ensino de língua baseado em normas que, a bem da verdade, quase nunca levam em conta essas variações lingüísticas. Mas como mudar tal realidade se, por outro lado, as pessoas que poderiam ser um instrumento de mudança (professores) dessa

realidade educacional não são também preparados para uma prática pedagógica (no ensino de português) crítica e comprometida com o respeito a todas as formas de variações lingüísticas?

Sobre esse ponto, Marcos Bagno, em um excelente ensaio intitulado: *A Inevitável Travessia: da prescrição gramatical à educação lingüística*, escreve:

Os professores em atividade hoje e que se formaram há mais de vinte anos “aprenderam, na universidade, a considerar a língua como um fenômeno homogêneo, iniciando-se numa gramática formal (sobretudo estrutural), e tomando a sentença como seu território máximo”. (BAGNO, 2002, p.15).

De fato, isso torna as coisas ainda mais difíceis, mas, logo adiante, ele nos aponta para uma esperança:

Considero, pessoalmente, que o ensino de língua no Brasil, neste início de século XXI, se encontra numa nítida fase de transição. As maiorias dos professores que estão se formando agora já têm consciência de que não é possível simplesmente dar as costas a todas as contribuições da ciência lingüística moderna e continuar a ensinar de acordo com os preceitos e preconceitos da Gramática Tradicional.(BAGNO, 2002, p.16-17).

Através de suas obras, Marcos Bagno procura, além de estabelecer uma sólida crítica ao ensino da gramática tradicional, oferecer um novo paradigma ao ensino de língua portuguesa, por isso, afirma:

Tentar preservar, impor e cobrar um padrão de comportamento lingüístico único, aristocrático e obsoleto é um projeto que se contrapõe de maneira gritante a toda essa dinâmica da sociedade, da cultura e da língua. Uma sociedade e uma cultura multifacetadas e plurais só podem abrigar uma língua multifacetada e plural. Nossa luta tem de ser pelo reconhecimento, admissão e valorização da diversidade, da variedade e da pluralidade em todas as esferas da vida social, o que nos obriga a uma crítica do atual processo de renovação do imperialismo e de sua ânsia de hegemonia que se esconde sob o rótulo novidadeiro da *globalização*. (BAGNO, 2002, p.39).

Finalmente, propõe:

Uma das tarefas do ensino de língua na escola seria, então, *discutir os valores sociais atribuídos a cada variante lingüística*, enfatizando a carga de discriminação que pesa sobre determinados usos da língua, de modo a conscientizar o aluno de que sua produção lingüística, oral ou escrita, estará sempre sujeita a uma avaliação social, positiva ou negativa. (...) É mais do que justo que o professor explique com base em teorias lingüísticas consistentes, a origem e o funcionamento das formas lingüísticas consideradas não-padrão, que mostre as regras gramaticais que governam cada uma delas. Isso deixará claro que as opções alternativas à regra-padrão tradicional não são caóticas nem confusas nem incoerentes: muito pelo contrário, obedecem a regras tão lógicas e consistentes quanto as que governam a opção-padrão e por isso podem ser explicadas cientificamente. (BAGNO, 2002, p.76).

Ainda assim, o mito continua. E é nesse contexto, na tentativa de elucidar e demonstrar os interesses implícitos no estabelecimento e uso de uma “norma oculta”, tão brilhantemente reforçada pelo trabalho dos gramáticos, que Marcos Bagno se debruça,

Quem cria uma língua, a tem sob domínio enquanto ela na entra em circulação, mas desde o momento em que ela cumpre sua missão e se torna posse de todos, foge-lhe o controle. O esperanto é um ensaio desse gênero, se triunfar, escapará a lei fatal? Passado o primeiro momento, a língua entrará muito provavelmente em sua vida semiológica; transmitir-se-á segundo leis que nada têm de comum com as de sua criação reflexiva e não se poderá mais retroceder.

O homem que pretendesse criar uma língua imutável, que a posterioridade deverá aceitar tal qual a recebesse, se assemelharia à galinha que chocou um ovo de pata: a língua criada por ele seria arrastada, quer ele quisesse ou não, pela corrente que abarca todas as línguas. As causas de alteração através do tempo. Melhor renunciar provisoriamente, a dar conta exata delas, e limitar-se a falar, em geral, do deslocamento das relações, o tempo altera as coisas, não existe razão para que a língua escape a essa lei universal. Evitando estéreis definições de termos, distinguimos primeiramente, no seio do fenômeno

total que representa a linguagem, dois fatores: a língua e fala. A língua é para nós a linguagem menos a fala. É o conjunto dos hábitos lingüísticos que permitem a uma pessoa compreender e fazer-se compreender.

1.4 A gramática tradicional

A gramática tradicional ignora partes inteiras da língua como, por exemplo, a formação das palavras; é normativa e crê dever promulgar regras de comprovar os fatos, falta-lhe visão do conjunto; amiúde, ela chega a não distinguir a palavra escrita da palavra falada. A língua é um sistema do qual todas as partes podem e devem ser consideradas em sua solidariedade sincrônica.

No discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude de encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua; cumpre atribuir a língua e não à fala todos os tipos de sintagmas construídos sobre formas regulares. Com efeito, como não existe nada de abstrato na língua, esses tipos só existem quando a língua registrou um número suficientemente grande de espécimes foi que se indagou quais seriam as condições de vida da língua. Percebeu-se então que as correspondências que as unem não passam de um dos aspectos do fenômeno lingüístico, que a comparação não é senão um meio, um método para reconstruir os fatos.

Cumpre reconhecer, porém, que no domínio do sintagma não há limite categórico entre o fato de língua, testemunho de uso coletivo, e o fato de fala, que depende da liberdade individual. Num número grande de casos, é difícil classificar uma combinação de unidades, porque ambos os fatores concorreram para produzi-la e em proporções impossíveis de determinar. O rompimento definitivo com a precedência da língua escrita sobre a falada, qualquer variedade de uma língua passa, portanto, a ser objeto de estudo, sem que uma seja mais importante que outra.

A interação, por meio da língua, portanto, é um comportamento social, como vários outros, embora com suas especificidades. Sendo um comportamento social, o uso de cada um, pelas necessidades comunicativas práticas e por razão de ordem simbólicas, mais ou menos conscientes, próprias às diferentes organizações sociais, está restringindo pelos usos daqueles com que convivem.

È nesse plano que se insere a questão da necessidade de uma regulação social para que se faça plenamente a interação lingüística entre os membros de comunidades de fala. Como os indivíduos nunca estão fechados em sua comunidade, mas interagem com outras, têm necessidade de compartilhar seus usos e normas com as dos outros, daí porque não se pode deixar de reconhecer a convivência, nem sempre, ou quase nunca, pacífica, é certo, de normas sociais e lingüísticas diferentes ou mesmo divergentes se fazem na medida em que os membros de uma comunidade ou de comunidades diferentes desejem interagir, assemelhando-se ou, caso contrário ocorra, distinguir-se, diferenciando-se.

A regulação lingüística busca então a compatibilidade entre os grupos sociais que possuem as suas próprias especificidades, isto é as suas próprias normas sociais para atingir a intercompreensão entre eles, ou seja, a aceitação de suas próprias diferenças. Se o comportamento do indivíduo fosse livre de toda restrição, do mesmo modo o comportamento lingüístico, as variações pessoais poderiam vir a romper a possibilidade de comunicação com os outros membros da comunidade. Assim convivem nos grupos sociais variação e regulação da variação, que aponta para a unificação; são duas forças que ajudam conjugadamente, com maior ou menor peso, a depender de condicionamentos de várias naturezas.

Certamente a principal força de regulação está no processo de aprendizagem; inicia-se no âmbito familiar na primeira infância, continua na escola e na vida adulta, por caminhos diferenciados, com maior ou menor força, a depender da orientação de vida de cada um e da sociedade em que o indivíduo está inserido já que a prática da regulação implica

necessariamente nos diferentes tipos de organização social e política. Esse desenvolverá com maior ou menor impulso, os mecanismos sociais de regulação decorrente dessa realidade lingüística social, existiu hoje, no interior da escola brasileira, variante dialetais não só usadas pelos alunos,mas também pelos professores que em diferentes graus, a depender de sua formação, da sua formação, da sua origem socioeconômica, da sua área regional, dominam o padrão idealizado pela escola e estacionado nas gramáticas pedagógicas. (VIRGÍNIA, 2005, p.53).

1.5 O preconceito lingüístico

A tese de natureza político cultural diz basicamente que é uma violência, ou uma injustiça, impor a um grupo social os valores de outro grupo. Dado que a chamada língua padrão é de fato o dialeto dos grupos sociais mais favorecidos, tornar seu ensino obrigatório para os grupos sociais menos favorecidos, como se fosse o único dialeto válido seria uma violência cultural.

Qualquer pessoa, principalmente se for criança, aprende com velocidade muito grande outras formas de falar, seja elas outros dialetos ou outras línguas, desde que expostas consistentemente a elas.

Podemos duvidar que as línguas sejam sistemas complexos? Quem tiver tal dúvida, que tente estudar uma delas e verá como qualquer idéia contrária desaparecerá. Por exemplo, quando o ex-ministro Magri produziu a forma “imexível”, que se tornou conhecida e foi muito comentada, o que é que nós pensamos? Que ele era ignorante porque disse uma palavra que não está no dicionário? Na verdade, ele só mostrou virtudes no campo da derivação morfológica... De fato, a palavra “imexível” se deriva de “mexer “ pelos mesmos caminhos pelos quais “ intocável “ se deriva de “ tocar “, por exemplo. Ora, sendo “ intocável “

indiscutivelmente uma palavra, deve-se concluir que a façanha de Magri consistia em seguir regras, e não em violá-las.

Os grupos que falam uma língua ou um dialeto em geral julgam a fala dos outros a partir da sua e acaba considerando que a diferença é um defeito ou um erro. Daí pensarmos, em geral, que os outros não sabem falar, ou ainda mais gravemente, acabamos convencidos de que nós também não podemos falar, se falamos de formam pouco diferente daqueles que são para nós os modelos de comportamento lingüístico. O preconceito é mais grave e profundo no que se refere a variedades de uma mesma língua do que na comparação de uma língua com outras; as razões são históricas, culturais e sociais. Aceitamos que os que falam outra língua falem diferentes, mas não aceitamos pacificamente que os que falam ou derivam falar a mesma língua falem de maneira diferente.

Alguns sonham com uma língua uniforme. Só pode ser por mania repressiva ou medo da variedade, que é uma das melhores coisas que a humanidade inventou. E a variedade lingüística está entre variedades as mais funcionais que existem. Podemos pensar na variação como fonte de recursos alternativos quanto mais numerosos forem, mais expressiva pode ser a linguagem humana.

Numa língua uniforme talvez fosse possível pensar dar ordens e instruções. Mas e a poesia? E o humor? E como os falantes fariam para demonstrar atitudes diferentes? Teria que avisar (dizer, por exemplo, “estou irritado”, “estou à vontade”, “vou tratá-la formalmente?”). (POSSENTI,1996,P.36)

Uma das coisas que aprendemos na escola na escola é que o português veio do latim, ou seja , que o português é uma língua que não foi sempre o português, não sempre como é; ora, o que ocorreu com o latim não ocorreu por castigo ou por azar. Ocorreu com outras línguas, como o alemão, o inglês, o grego, o português; na verdade com todas as línguas, e continua ocorrendo.

Não há língua que permaneça uniforme, todas as línguas mudam, esta é uma das poucas verdades indiscutíveis em relação às línguas, sobre a qual não pode haver nenhuma dúvida. Por exemplo, quem é que encontra falantes reais que utilizam sempre as regências de verbos como assistir, visar, preferir etc. como as gramáticas mandam.

Consideramos formas como “assistir ao jogo” como arcaísmos e, conseqüentemente, formas como assistir ao jogo como padrões “corretas”. E quem é que ouve falantes dizendo que lerão, dormirão, comerão? Tais formas são a rigor arcaísmos, não se usam mais; todos estão dizendo que “vão ler, vão dormir, vão comer”. Por que? Porque aprendemos a falar assim porque todos falam assim, mesmo as pessoas mais cultas; é só ouvir suas entrevistas e discursos.

A questão não é, entretanto, saber se há ou não alguém com autoridade (um gramático, por exemplo) dizendo que agora se pode dizer assim ou assado; que agora falar assim ou assado está certo. O argumento interessante é de outra natureza, não o de autoridade; os fatos lingüísticos são esses. Contra tais fatos, não adianta espernear. Se nós espernearmos contra esses fatos deveríamos espernear contra todas as formas de mudança, inclusive as que ocorreram nos séculos III, X, XII, XVII etc. Por que só os fatos de hoje são ruins e devem ser desprezados?

O que é ainda mais espantoso é que todos aprendem com velocidade espantosa, e sem ser ensinado. O fato observável é que todos falam, e muito, e bem, a partir dos três anos de idade. E, não há nada que se assemelhe a um ensino formal de uma disciplina, e, muito menos, algo que se assemelhe a exercícios. Todas as sugestões feitas nos textos anteriores só farão sentido se os professores estiverem convencidos ou puderem ser convencidos de que o domínio efetivo e ativo de uma língua dispensa o domínio de uma metalinguagem técnica. (SÍRIO POSSENTI, 1996, p.40)

Quando se discute ensino de língua se sugere suas que aulas de gramática sejam abolidas nas séries iniciais, ou pelo menos, que sejam as únicas aulas existentes na escola ela toma a língua como assunto sobre o qual se fala, a reflexão sobre os valores sociais e situacionais das variantes lingüísticas deveria, aliás, receber preferência sobre a análise da estrutura. Não se trata, é claro, de substituir os manuais de análise sintática por capítulos sobre variação lingüística, e menos ainda por listas de expressões e modos de dizer próprios de ricos e pobres, nortistas e sulistas, situações formais e informais. Isto seria de novo, levar para sala de aula questões artificiais, ignorando que há, no próprio conhecimento do aluno e no confronto com a variedade padrão, material de trabalho mais do que suficiente. Acrescente-se que é no momento em que o aluno começa a reconhecer sua variedade lingüística como uma variedade entre outras que ele ganha consciência de sua identidade lingüística e se dispõe à observação das variedades que não domina.

A língua não é apenas uma ferramenta que devemos usar para obter resultados: ela é ferramenta e ao mesmo tempo o resultado, ela é o processo e o produto. E não é uma ferramenta pronta: é uma ferramenta que nós criamos exatamente enquanto vamos usando ela. Por causa dessa atividade é que, até hoje, o professor de português ou, mais especialmente, o gramático é visto como uma espécie de criatura incomum, um misto de sábio e mágico, que detém o conhecimento dos mistérios da “língua”, que existe fora do tempo e do espaço – e é esse “saber misterioso “ que gosto de chamar de “norma oculta”.(BAGNO,2001,p.50.)

A televisão também já se tornou um mostruário da pluralidade lingüística, e os programas se distribuem ao longo de um continuum de gêneros que, de acordo com o público-alvo se servem de variedades estilísticas e de socioletos determinados. A influência da televisão na sociedade brasileira é gigantesca, uma vez que o Brasil é um dos países com mais cobertura televisiva em todo o mundo. Essa influência se exerce em todos os aspectos da vida diária dos brasileiros, inclusive no que diz respeito aos fatos de língua.

As telenovelas contribuem, por exemplo, para difusão nacional das gírias mais recentes surgidas nos grandes centros urbanos e para a propagação de palavras e construções sintáticas marcadamente regionais que passam a ser empregada por brasileiros de todos os cantos do país.

Por esse motivo é que os sociolinguístas, ao estudarem os fenômenos da mudança linguística, procuram analisar, simultaneamente, os fatores sociais externos e os fatores linguísticos internos que podem explicar a mudança já ocorrida ou em processo. Quando ocorre alguma mudança abrupta, é provável que esteja associada à irrupção de algum fenômeno social igualmente abrupto. As provas históricas estão aí; mas difícil é as pessoas perceberem que esse processo de mudança não parou. Nós temos o hábito de imaginar que a nossa língua, essa língua que é tão importante, que é fundamental para nossa vida, para tudo o que diz respeito a nossa vida, imaginamos que essa língua já terminou seu processo de mudança já está pronta e acabada para todo o sempre.

È muito mais confortável, não é? Mas pensar que a nossa língua continua mudando, que ela não está parada, que não está pronta e que daqui a 500 anos alguém pode ter dificuldade em entender completamente os textos que nos deixaram gravados ou escritos; é uma coisa meio triste meio difícil de aceitar. Afinal a nossa língua é tão perfeita, ela da conta de todas nossas necessidades, ela atende tão bem as nossas exigências de comunicação e de interação social, não é? Mas essa impressão de que a língua está pronta e acabada é falsa.

Neste exato momento, aqui e agora, convivem diferentes idades da língua, e isso aparece claramente na variação linguística e na dificuldade que alguns falantes têm de entender certos textos falados ou escritos.

No que diz respeito ao ambiente social, podemos notar que é comum existir, na sociedade, forças centrípetas que agem sobre a língua, isto é, forças que puxam a língua, que

tentam conter seu impulso de mudança. Essas forças que, de maneira explícita ou não, oficial ou não, tentam impor algum controle sobre os destinos do idioma.

Que instituições são essas? A mais importante de todas, evidentemente, é a escola, o sistema formal de ensino que, em todos os seus níveis tenta dar aos cidadãos ou alguns deles, no caso de sociedades marcadamente desiguais como a brasileira, uma educação sistematizada programada de acordo com currículos definidos pelas instâncias oficiais. A escola tenta veicular uma cultura que está geralmente associada com as camadas privilegiadas, por conseguinte, transmitida na roupagem de uma “língua” considerada “cultura” ou “exemplar”. Junto à escola, outras instituições também contribuem para o esforço de refrear a mudança lingüística:

- as academias de língua; - o peso, maior ou menor, da tradição literária que elege alguns escritores como “clássicos” do idioma, modelos a serem “imitados”;
- o trabalho dos gramáticos e dicionaristas, empenhados em descrever e preservar a língua “certa”;
- a burocracia em geral, o sistema jurídico, o poder legislativo com suas fórmulas estereotipadas e seu fraseado típico, em geral muito rebuscado e repleto de expressões obsoletas;
- todo o aparato estatal com sua multiplicidade de órgãos e serviços públicos;
- as instituições religiosas que, em geral, se apóiam em textos antigos, reverenciados, e que precisam ser mantidos no estado de máxima “pureza” original, para que não sejam “distorcidas” as verdades que foram reveladas aos fiéis pelas forças divinas; o pronome vós por exemplo, sé sobrevive, no português de hoje em textos religiosos;

Assim, é fácil concluir que quanto menor for a presença e a influência da escrita institucionalizada, maior e mais rápida também será a atuação das forças centrífugas que favorecem a mudança das línguas.

Essas forças centrípetas, no entanto, que partem das instituições que tentam cercear a língua, conseguem somente refrear ou atrasar por algum tempo a mudança lingüística. Elas jamais terão o poder de impedir totalmente nem para sempre essa mudança, porque ela é muito mais poderosa do que qualquer outra força social institucionalizada.

Já escrevia o poeta latino Horácio: “Naturam expellas furca, tamen usque recurret” Epístola X,24) – você pode expulsar a natureza com um forcado, mas ela sempre retornará...

Por mais que você limpe cuidadosamente seu jardim, por que expulse a natureza com um forcado, no dia seguinte ele estará novamente cheio de folhas caídas das arvores, de coisas trazidas pelo vento e pela chuva, de ervas que brotam do solo, de insetos e outros bichinhos...

O forcado do nosso caso são as forças centrípetas que tentam expulsar da língua a “natureza”, isto é, suas forças internas rumo à mudança. A mudança lingüística é inevitável como a própria mudança de tudo o que existe no universo. Como já dizia o filósofo grego Heráclito, quinhentos anos antes de Cristo, “panta rhei “ – tudo flui, tudo muda, e a língua não tem como nem por quê escapar dessa inevitabilidade. Gostando ou não, tudo o que se pode fazer é reconhecer esse caráter inevitável da mudança lingüística.

Em outras áreas da fonologia, as variedades estigmatizadas e as variedades prestigiadas são igualmente inovadoras. Em todas elas, o antigo ditongo *ei* passou a ser pronunciado “ê” em determinados contextos, o que leva todos os brasileiros a pronunciar “pêxe”, “chêro”, “bêjo” etc, para o que se escreva peixe, cheiro, beijo – ao passo que em outros contextos o ditongo se mantém, como nas palavras escritas peito e deite. As mudanças também seguem ritmos distintos em regiões diferentes do Brasil.

Na maioria das variedades faladas no Sudeste e no Sul, a preposição *a* está caindo em desuso e sendo substituída amplamente pela preposição *para*, nas chamadas construções em que ocorrem verbos como dar, entregar, pedir, escrever, telefonar, dizer etc. assim nessas

variedades, é muito mais freqüente dizer “ dei, entreguei, pedi, emprestei o livro para o Pedro “ do que” ao Pedro”.

Como vimos às inovações presentes nas variedades estigmatizadas representam um avanço das forças centrífugas que levam a mudança lingüística a assumir um ritmo mais acelerado. Isso ocorre porque, nas comunidades de falantes em que essas inovações se processam, as forças centrípetas têm pouca ou nenhuma influência sobre a atividade lingüística das pessoas.

Os falantes das variedades estigmatizadas simplesmente levam adiante processos de mudança que foram repressados no processo de normalização “ jurídica “ da língua. Podemos comparar o surgimento dessas inovações mais radicais nas variedades estigmatizadas do português brasileiro com o que ocorreu em escala muito maior e muito mais radical, é claro no processo de formação da própria língua portuguesa e das demais línguas derivadas do latim, como o francês, o espanhol, o italiano, o romeno etc.

Quando o império romano se esfacelou, a partir do século V, a unidade lingüística também se dissolveu, uma vez que não existia mais a pressão das forças centrípetas, normatizadoras, exercidas pelas instituições imperiais durante muito tempo: Roma já não enviava prefeitos, cônsules, questores, pretores e outros funcionários, soldados e colonos para administrar, controlar e explorar as províncias; entregue as suas próprias forças internas de mudança, e sem o freio das instituições reguladoras, o latim se transformou radicalmente, o que deu origem às diferentes línguas românicas faladas hoje em dia.

2. CONCLUSÃO

A mudança lingüística não ocorre toda de uma vez dentro de todos os grupos sociais que falam a língua. Assim como verificamos a sobrevivência de hábitos, comportamentos e crenças mais antigos em determinados grupos, ao passo que em outros esses hábitos, comportamentos e crenças já foram totalmente ou parcialmente abandonados, o mesmo ocorre com os hábitos e comportamentos lingüísticos.

Hoje no Brasil, por exemplo, convivem as construções sintáticas: a moça com quem eu trabalho / a moça que eu trabalho com ela / a moça que eu trabalho, cada uma delas representando uma etapa de mudança. As línguas estão sempre num estado de fluidez; a mudança afeta o modo como as pessoas falam de forma tão inevitável quanto afeta qualquer outra área da vida humana. Os puristas da língua não aceitam isso, mas poucos podem fazer a respeito. A língua só ficaria parada se a sociedade parasse. Um mundo de excelência lingüística imutável, baseada no brilho das antigas formas literárias, só existe na fantasia.

... Aliás, afirmar que “toda língua muda com o tempo” é uma inexatidão: na verdade, como é impossível separar a língua de quem fala, os falantes é que mudam a língua, é que moldam a língua ainda não tenham consciência disso. (BAGNO, 2001, p.122.)

As forças internas da língua que a impulsiona no rumo da mudança são forças centrífugas, isto é, forças que levam os elementos da língua a se afastar (“a fugir”) de suas formas-funções atuais a caminhar para formas-funções novas. Este é um movimento ininterrupto: qualquer língua viva do mundo, neste exato momento, está em processo de mudança, mesmo que isso seja imperceptível para seus falantes, muito embora sejam eles mesmos os responsáveis pela mudança.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. Dramática da língua portuguesa: Tradição gramatical, mídia & exclusão social. **São Paulo: Edições Loyola, 2000.**

_____ A língua de Eulália: novela sociolingüística. 11ª ed. **São Paulo: Contexto, 2001.**

_____ Norma lingüística. **São Paulo: Edições Loyola, 2001.**

_____ Língua materna: letramento, variação e ensino. **São Paulo: Parábola, 2002.**

_____ A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira. **São Paulo: Parábola Editorial, 2003.**

_____ Preconceito lingüístico: o que é, como se faz. 28ª ed. **São Paulo: Loyola, 2004.**

CARVALHO, Castelar de. Para compreender Saussure. 12ed. **Rio de Janeiro: Vozes, 2003.**

KATO, Mary A. No mundo da escrita. 87ed. **São Paulo: Prol, 2003.**

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. A inter-ação pela linguagem. 4ed. **São Paulo: Contexto, 1998.**

POSSENTI, Sírio. Porque (não) ensinar gramática na escola. **SP: Mercado das Letras: ALB, 1996.**

SILVA, Rosa Virgínia Matos e. Contradições no ensino de português: a língua que se fala x a língua que se ensina. 7ed. **São Paulo: Contexto, 2005.**